

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**



**Sugestão de Emenda à
Lei de Diretriz
Orçamentária de 2006
SDL N° 07**

DE EMENDA À LDO Nº 07 DE 2006



Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR: ÁGERE – COOPERAÇÃO EM ADVOCACY

DATA DE ENTREGA

19/05/2006

EMENTA: Propõe incluir item (despesas com ações vinculadas ao Programa 1350 Educação no Campo), no inciso II do Anexo V da LDO/2007.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: _____ / _____ / _____ Presidente: _____

Brasília, 22 de maio de 2006


A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geraldo Thadeu
Presidente da Comissão de Legislação Participativa
Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília - DF

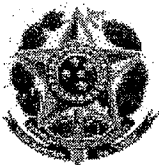
Assunto: **Encaminhamento de emendas.**

Senhor Deputado,

Encaminhamos em anexo 2 (duas) emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 objetivando contribuir com as políticas públicas para juventude no Brasil. Na oportunidade também encaminhamos ata da última eleição e estatuto desta organização.

Respeitosamente,


Cleia dos Santos Medeiros
Coordenadora de Projetos



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R A S C U N H O

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – PLN 02/2006 - CN

(SEM VALOR REGIMENTAL)

EMENDA 2

Inclua-se o seguinte item no Anexo V:

ANEXO V

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2007

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

Despesas com as ações vinculadas ao Programa 1350 – Educação no Campo

JUSTIFICATIVA:

Para fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural é fundamental repensar um novo papel social para a escola e a educação rural, como propulsora do desenvolvimento, com interfaces com família, trabalho, renda, produção, meio ambiente, saúde, desenvolvimento local etc, em todas as suas instâncias: Nível fundamental, médio, educação de jovens e adultos.

Uma educação formal de jovens e adultos voltada para os interesses do campo, de forma a promover a participação da escola no processo de desenvolvimento dos territórios, produzindo conhecimento sobre a situação agropecuária, ambiental, populacional e social dos municípios, juntamente com os alunos, impacta no aumento da produtividade das propriedades, das áreas plantadas, do criatório de animais, do uso de tecnologias de conservação do solo, resultando também em um envolvimento maior das famílias com a escola, todos esses fatores propulsores do desenvolvimento rural e das propriedades.

Fundamental para isso que o plano político pedagógico da educação de jovens e adultos das escolas rurais contemplem as especificidades da educação no campo. Falta ao jovem rural uma educação diferenciada e de qualidade que lhe permita atuar sobre seu meio de forma produtiva.

Além disso, existem poucas opções de educação formal para os jovens. Na maior parte das regiões Norte e Nordeste, quando conseguem completar a primeiras séries escolares, esses jovens precisam se deslocar diariamente, geralmente à noite, para frequentar as séries mais avançadas, oferecidas nas áreas urbanas. Agravando ainda mais este quadro, os conteúdos trabalhados pelas escolas geralmente não têm relação com o meio onde eles moram, com o seu trabalho e com a sua cultura.